

Leitão e Delfim comunicaram as decisões aos líderes do PDS

190

por Cláudia Safatle
de Brasília

As 8 horas da manhã de ontem, o ministro-chefe do Gabinete Civil, João Leitão de Abreu, ligou para o líder do governo na Câmara, deputado Nélson Marchezan, convidando-o para uma reunião no Palácio do Planalto, às 16 horas. "Vão ser tomadas medidas importantes", adiantou Leitão. Marchezan teve vontade de perguntar quais, mas não perguntou, como confessou depois. No final da tarde, quando José Sarney, presidente do PDS, o senador José Lins, vice-líder, e Marchezan participaram de duas reuniões: — uma com Leitão de Abreu e outra com o ministro do Planejamento, Delfim Netto —, eles ouviram as explicações das medidas tomadas ontem pelo governo alterando a política salarial e tabelando as taxas de juros.

Ao contrário das últimas medidas econômicas, que passaram por intensas negociações com os líderes do PTB, desta vez a direção do partido trabalhista não

foi comunicada previamente sobre as decisões que o governo tomou, como confirmou o porta-voz do Palácio do Planalto, Carlos Átila. Ele acha que a redução dos reajustes salariais para 80% do INPC não causará problemas para o acordo PTB-PDS, que, "segundo o comando político do governo, será preservado porque se de um lado as medidas cortam salários, de outro, cortam igualmente as principais despesas dos trabalhadores. O que mais prejudica os trabalhadores é a inflação, que precisa ser debelada", argumentou o porta-voz da Presidência da República.

O mesmo tom foi utilizado pelo senador José Lins, ex-superintendente da Sudene, para justificar a preservação do acordo entre os dois partidos. "O governo está tão interessado no acordo quanto o PTB", disse ele, argumentando que as decisões econômicas poderiam criar problemas se atingissem somente a política salarial. "Aí seria um desastre", comentou.

Após ouvir as explicações do ministro do Plane-

jamento, José Lins acredita que a redução salarial, aliada ao tabelamento das taxas de juros e à redução dos reajustes das prestações da casa própria vai trazer a taxa de inflação para baixo. "São medidas lineares e abrangentes, se tudo converge para baixo, ninguém perde." Ao contrário, ele entende que o trabalhador acabará ganhando com esse pacote econômico, na proporção em que o tabelamento dos juros gerará mais empregos. O senador acentuou ainda que, após todas as decisões já tomadas até agora, sua expectativa é "de que a taxa de inflação mensal sofrerá quedas sucessivas, chegando ao final do ano na faixa dos 4 a 5%.

Agora, o decreto-lei que altera a política salarial será imediatamente encaminhado ao Congresso Nacional, que terá 60 dias para aprová-lo ou rejeitá-lo. Caso não seja votado nesse período, a Constituição prevê o prazo de 10 sessões consecutivas do Congresso Nacional. A partir daí, será automaticamente aprovado.